



**Requerimento nº 58/2009
(Do Sr. Luiz Couto)**

Requeiro a realização de visita de representantes desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias à cidade de Belém – PA, para verificar denúncias de violação de direitos humanos à pessoas atingidas pela barragem de Tucuruí e que por lutarem para ver seus direitos garantidos lideranças sociais encontram-se presas, ainda que habeas corpus tenham sido solicitados para a libertação destas lideranças, mas os mesmos não foram julgados.

Justificativa

A construção de barragens no Brasil já vem sendo implementada, há muito tempo, são mais de duas mil em todo país. São construídas principalmente para a geração de energia elétrica, para abastecer o consumo humano. Quando se projeta uma barragem, em que ela começa a sair do papel, as promessas de emprego, de geração de renda, de respeito ao meio ambiente, de desenvolvimento e de indenizações para as famílias que moram nas beiras dos rios deveriam ser essenciais para os empreendedores, mas essa prioridade não se concretiza.

O que vemos são as indenizações, antes prometidas, passarem a ficarem pendentes ou negadas quando do fechamento dos lagos, privilegiando uma pequena parte da população. A maioria dos atingidos são literalmente expulsos de suas terras, o que gera um impacto social negativo para as regiões. Prova disso, é que segundo dados, 70% das famílias já expulsas em função da construção de hidrelétricas, até hoje padecem de políticas públicas.

Nesse sentido, as populações ribeirinhas têm constituído ao longo dos anos, mecanismos justos para cobrar as promessas dessas empresas, e pautado um outro modelo de desenvolvimento para as regiões. O tratamento que se tem dado para essas questões, é a impunidade das empresas, a criminalização das organizações e lideranças.

No dia 24 de abril, cerca de 500 famílias ocuparam a sede da construção das Eclusas no município de Tucuruí, estado do Pará, no sentido de garantir uma negociação com Eletronorte e Governo do Estado, para os problemas decorrentes do descaso para com a região. Foram várias organizações que fizeram parte da manifestação além do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará –FETAGRI, Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR de Tucuruí, Colônia de Pescadores e associações populares. Então no dia 26 de abril, o batalhão de choque da polícia militar do Estado do Pará despejou violentamente as famílias e prenderam 18 trabalhadores e trabalhadoras rurais, sendo 16 homens e 2 mulheres. Essas pessoas foram trazidas para Belém e levadas a presídios da região. Os homens foram levados ao presídio de Americana 2 e as mulheres para o Centro de Recuperação Feminina em Ananindeua. Essas pessoas permaneceram na sua maioria, até o dia 15 de maio, quando



o pedido de liberdade Provisória impetrado em Tucuruí foi concedido a 14 trabalhadores, sendo 13 homens e 1 mulher. Aos demais, (Roquevan Alves Silva, Ismael Siqueira, Odéricio Monteiro da Silva e Maria Edna Almeida Moreira), o juiz Cláudio Hernandes Lima e Silva, juiz da comarca de Tucuruí entendeu que para manter a ordem pública melhor seria manter as quatro lideranças presas.

Desde o dia 28 de abril, foram impetrados os Habeas Corpus - HCs desses trabalhadores, tanto na comarca de Tucuruí como também no Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJE no sentido da soltura desses trabalhadores. No entanto, o TJE não julgou esses HCs, os quais, passaram pelas mãos da Desembargadora Therezinha Martins da Fonseca, Milton Augusto de Brito Nobre e Raimundo Holanda Reis e todos alegaram inaptos para julgar o caso. Com isso, já faz mais de 20 dias de prisão para os trabalhadores. Enquanto os trabalhadores/as são criminalizados, grandes grupos econômicos e assassinos de lideranças continuam soltos, sem se importar com a justiça.

Diante o exposto, solicito deste colegiado que aprove uma visita urgente da comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados à Belém, no sentido de averiguar a violação dos direitos humanos e a criminalização dos movimentos sociais que tem pautado questões justas aos órgãos públicos.

O objetivo da visita é para pressionar pela imediata libertação dos presos políticos acima citados do Movimento dos Atingidos por Barragens de Tucuruí - MAB e exigir que Eletronorte e Governos do Estado assumam suas responsabilidades para com a pauta dessas organizações, no sentido de resolver esses conflitos na região.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2009

Deputado. Luiz Couto
PT-PB